

## **RESOLUÇÃO ARSAE-MG Nº 189, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2024**

Estabelece critérios e autoriza a aplicação do  
Programa de Subvenções Sociais da Copasa-MG.

**A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº 18.309, de 3 de agosto de 2009 e no Decreto Estadual 47.884, de 13 de março de 2020, atendendo a decisão da Diretoria Colegiada, e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, em especial o disposto no inciso VII do art. 3º, no inciso II do art. 12 e no art. 29; a Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que modificou a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; a Lei Estadual nº 18.309, de 3 de agosto de 2009, principalmente o disposto no § 11 do art. 8º; a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, em especial o disposto no art. 12 e no art. 16; a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, em especial o disposto no art. 2º; a Lei Estadual nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009; e a Lei Estadual nº 22.781, de 21 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO que é objetivo da regulação definir tarifas que permitam tanto o alcance e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação eficiente dos serviços, como a modicidade tarifária aos usuários;

CONSIDERANDO a Análise de Impacto Regulatório que considerou viável a aplicação do Programa de Subvenções Sociais da Copasa;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer as regras gerais a serem aplicadas ao Programa de Subvenções Sociais da Copasa.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS**

Art. 2º Subvenção social, para fins desta resolução, consiste na concessão de subsídio tarifário a instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que exercem atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

### **CAPÍTULO II**

#### **DO SUBSÍDIO TARIFÁRIO**

Art. 3º Terão direito ao subsídio tarifário as entidades filantrópicas e hospitais públicos cadastrados no Programa de Subvenção Social da Copasa, devendo receber o desconto correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do seu respectivo quadro tarifário homologado pela Arsae-MG, sendo a categoria comercial para entidades filantrópicas e a categoria pública para hospitais públicos.

Art. 4º O § 2º do art. 85 da Resolução Arsae-MG 131/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Os descontos concedidos não devem ser considerados na composição da tarifa e não devem integrar pleito de reajuste ou revisão tarifária, exceto aqueles referentes a programas de subvenções sociais instituídos por resoluções normativas específicas.”

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS CRITÉRIOS GERAIS PARA CADASTRAMENTO**

Art. 5º Para que a entidade filantrópica ou hospital público seja apto a receber a subvenção em suas faturas, deve cumprir as seguintes condições:

I - Prestar todos os serviços de forma exclusivamente gratuita;

II – A unidade usuária deve estar adimplente com a Copasa e sem irregularidades em relação à utilização dos serviços;

III – A unidade usuária deve utilizar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário exclusivamente em atividades condizentes com a atuação da entidade filantrópica ou hospital público;

IV – Discriminar no Termo de Adesão as unidades usuárias que receberão a subvenção (conforme modelo no Anexo A da Nota Técnica GRT 05/2023);

V – Ser unidade usuária cadastrada como categoria comercial, no caso das entidades filantrópicas, e como categoria pública, no caso dos hospitais públicos.

Parágrafo único. Mesmo atendendo aos critérios previstos neste artigo, as unidades usuárias que tiverem os serviços suspensos não receberão a subvenção.

Art. 6º O cadastro do programa terá vigência de 12 meses e, para sua manutenção, a instituição deverá apresentar a documentação citada nos artigos 7º e 8º antes do término do prazo da vigência da atual subvenção.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA CADASTRAMENTO**

Art. 7º Para habilitar-se ao Programa de Subvenção, a entidade filantrópica que estiver enquadrada nos critérios elencados no art. 5º deverá enviar os seguintes documentos na seção do programa de subvenção no sítio eletrônico da Copasa ou comparecer a uma agência de atendimento, apresentando:

I - Termo de Adesão ao Programa de Subvenção disponível no site da Copasa, sendo que deverá ser providenciado um documento para cada matrícula distinta que a instituição possuir;

~~II – Documento de Certificação da área da Assistência Social, Educação ou Segurança Pública, de acordo com a finalidade de cada instituição.~~

II – Documento de Certificação da área da Assistência Social, Educação, Segurança Pública ou Saúde, de acordo com a finalidade de cada instituição. ([Redação dada pela Resolução Arsae-MG nº 195, de 23 de setembro de 2024](#)).

a) Para instituições ligadas à Assistência Social, é necessária a apresentação do Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que comprove a regularidade da entidade, bem como do relatório totalizador do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), comprovando que a entidade concluiu seu processo de cadastramento;

b) Para instituições ligadas à educação, é necessária a apresentação de Autorização de Funcionamento expedida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Superintendências Regionais ou Secretarias Municipais de Educação Assistência Social;

c) Para instituições ligadas à segurança pública, é necessária apresentação de Registro Cadastral das Organizações da Sociedade Civil em Alcool, Tabaco e Outras Drogas (RECAD) emitido pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.

d) Para instituições ligadas à Saúde, é necessária a apresentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que comprove a regularidade da entidade. ([Redação dada pela Resolução Arsae-MG nº 195, de 23 de setembro de 2024](#)).

Art. 8º Para habilitar-se ao Programa de Subvenção, o hospital público que estiver enquadrado nos critérios elencados no art. 5º deverá enviar os seguintes documentos na seção do programa de subvenção no sítio eletrônico da Copasa ou comparecer a uma agência de atendimento, apresentando:

I - Termo de Adesão ao Programa de Subvenção disponível no site da Copasa, sendo que deverá ser providenciado um documento para cada matrícula distinta que a instituição possuir;

II - Estatuto da entidade;

III - Certificação oficial emitida pelo Conselho Municipal de Saúde ou Órgão Federal/Estadual competente.

Art. 9º O prestador não poderá exigir condições ou documentos diversos dos citados nos artigos 5º, 7º e 8º para o cadastramento e atualização das unidades usuárias.

Art. 10. O não cadastramento, quando atendidas as condições previstas nos artigos 5º, 7º e 8º, motivará o

entendimento de cobrança indevida por parte do prestador.

Art. 11. A Copasa deverá efetivar a inclusão das unidades usuárias como aptas a receberem a subvenção em até 30 (trinta) dias após a data de solicitação de cadastro pelo usuário, comprovado o atendimento aos critérios definidos nesta resolução.

Parágrafo único. Em caso de unidade usuária que integre imóvel caracterizado como multieconomia, atendidos os critérios de elegibilidade, a concessão da subvenção não pode ser condicionada à individualização de hidrômetros.

## **CAPÍTULO V**

### **DA PERDA DA SUBVENÇÃO**

Art. 12. O descumprimento de qualquer condição estabelecida nos artigos 5º, 7º e 8º, sem manifestação sobre o ocorrido pelo beneficiado, resultará na perda da subvenção até o momento em que seja comprovada pela entidade sua readequação aos critérios, sendo retomado o benefício no ciclo de faturamento subsequente à comprovação da regularização.

Art. 13. A subvenção será interrompida caso não seja enviada a atualização do cadastro no programa após o prazo de 12 (doze) meses do último cadastro.

Art. 14. O usuário beneficiado que não mais satisfizer os critérios de elegibilidade deverá ser comunicado previamente à suspensão do benefício para ciência de sua situação cadastral.

Parágrafo único. A Copasa deverá comunicar ao usuário a perda do benefício de maneira individualizada por meio de mensagens nas faturas, bem como publicar na página do programa do site da Copasa o status atualizado de cada entidade, pelo menos por dois ciclos de faturamento antes da efetiva suspensão.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA DIVULGAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA**

Art. 15. A Copasa deverá dispor de meio virtual exclusivo, de fácil identificação e acesso em seu sítio eletrônico, para apresentação do programa, recepção dos documentos previstos e cadastramento da instituição ao programa.

Parágrafo único. A Copasa deverá listar as entidades beneficiadas na mesma seção do site destinada ao programa.

Art. 16. A Copasa deverá realizar a divulgação do programa de subvenção social em sua sede, postos e agências de atendimento presencial, bem como em seu sítio eletrônico e redes sociais, contendo, no mínimo, os critérios para enquadramento e os procedimentos para cadastramento.

§ 1º Poderão ser empregados outros meios de comunicação para divulgação do programa, limitando-se o conteúdo apenas ao interesse público.

§ 2º Não são permitidas comunicações que contenham publicidade ou autopromoção de agentes, servidores ou funcionários públicos.

§ 3º As despesas relacionadas à divulgação do programa poderão ser consideradas como custo regulatório, desde que o conteúdo seja caracterizado como comunicação ou mensagem educativa.

§ 4º Para que sejam consideradas como custo regulatório, as despesas com as ações previstas no caput deverão ser evidenciadas por meio de documentos comprobatórios.

Art. 17. A comunicação com os usuários referente ao direito potencial e à possível perda da subvenção deverá ser feita por meio de mensagens nas faturas, e também por meio de publicação do status atualizado de cada entidade na página do programa do *site* da Copasa.

§ 1º O prestador deverá informar ao usuário a sua situação e orientá-lo a dirigir-se ao posto de atendimento ou outro canal disponível para eventuais providências.

§ 2º A linguagem utilizada deve ser simples, objetiva e de fácil entendimento por toda a população.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS INFORMAÇÕES**

Art. 18. A Copasa deverá criar 4 (quatro) novos códigos de faturamento específicos para o programa de subvenções, abrangendo cada tipo de serviço (Só Água, Água com EDC, Água com EDT, Água com EE).

§ 1º Os códigos mencionados no caput deverão ser informados pelo prestador nos campos “Grupo fat agua” e “Grupo fat esgoto” dos bancos de faturamento (EC03).

§ 2º O prestador deverá disponibilizar à Arsae-MG um glossário contendo uma descrição dos novos códigos.

Art. 19. A Copasa deverá criar uma rubrica contábil a fim de gerar o detalhamento necessário para verificação contábil desses descontos e garantir a aderência entre a contabilidade e o faturamento.

## CAPÍTULO VIII

### DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Art. 20. A Arsae-MG realizará uma compensação financeira a cada reajuste, que consistirá na diferença entre o faturamento mensal que a Copasa teria sem considerar a subvenção e o valor de fato faturado pelo prestador considerando a subvenção nas faturas.

§ 1º A diferença será captada mês a mês e o valor será corrigido pela taxa Selic acumulada até o mês de aplicação do reajuste tarifário.

§ 2º O período de referência para a compensação se dará a partir do mês seguinte ao último mês da compensação do reajuste tarifário anterior até o último mês com informações disponíveis.

## CAPÍTULO IX

### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 21. A Arsae-MG fiscalizará a aplicação da subvenção concedida pela Copasa por meio das informações entregues pelo prestador.

§ 1º Concessões indevidas da subvenção a unidades usuárias que não atendam aos critérios de enquadramento definidos nesta resolução, observarão as devidas compensações, além de eventuais sanções previstas em normativas regulatórias aplicáveis.

§ 2º A Arsae-MG poderá, a qualquer momento, solicitar os documentos do programa, além de informações complementares a fim de realizar a auditoria e fiscalização do programa.

Art. 22. A Copasa deverá realizar a fiscalização das entidades em relação ao cumprimento dos termos estabelecidos do programa, sendo responsável por avaliar a exigibilidade no momento do cadastro e o acompanhamento da situação dos beneficiários.

Art. 23. A Arsae-MG fiscalizará anualmente os documentos cadastrais enviados ao prestador.

## CAPÍTULO X

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Esta resolução entrará em vigor no dia 01 de março de 2024.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2024.

LAURA SERRANO

Diretora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Laura Mendes Serrano, Diretor(a) Geral**, em 08/02/2024, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **81734882** e o código CRC **CD6A36AB**.